

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A recepção, a apropriação e a exploração das imagens do negro no cotidiano escolar

Francione Oliveira Carvalho¹

Resumo: Ao analisarmos as imagens dos negros no Brasil, inevitavelmente, chegaremos em quem as produziu e em quem as escolheu. E nessa confrontação é possível percebermos que as imagens estendem-se além do outro que é visto, porque contam sobre a identidade e as ações morais que orientam aquilo que somos, no sentido de nos dá formas de avaliação para aquilo que vemos e sentimos. Daí o cuidado que devemos ter para avaliar as imagens que elaboramos do outro. No caso, o cuidado que o professor deve ter nessa nova ordem educacional fundada em um currículo que traz à tona o universo da imagem cultural negra.

Palavras-chave : Identidade - Representações do negro – Escola.

Resumé : Si on analyse les images des noirs du Brésil, inévitablement, on arrivera à ceux que les ont produit et que les ont choisis. Et dans cette confrontation c'est possible de percevoir que ces images s'étendent au delà de l'autre que est vu, puisqu'elles parlent de l'identité et des actions morales qu'orientent ce que nous sommes, dans le sens de nous donner des moyens d'évaluer ce que nous voyons et ce que nous sentons. Alors, on doit faire attention par rapport aux images qu'on élabore de l'autre. Dans ce cas le souci que doit avoir le professeur dans cette nouvelle ordre éducationnelle fondée sur un curriculum que insiste avec force sur l'image culturelle des noirs.

Mots-clef : Identité - Image culturelle des noirs – École.

A partir dos anos 70 do século passado, o Brasil presenciou, de um modo mais contundente, o surgimento do debate sobre a identidade e os direitos políticos do negro no interior da nossa sociedade. Discussões que se originaram do movimento pelos direitos civis nos EUA, nos anos 60, e que foram o ponto de partida para a elaboração do multiculturalismo. O mesmo pode ser analisado como um sintoma indicador de uma mudança das práticas políticas no interior das sociedades ocidentais contemporâneas. Fenômeno que trouxe à tona as reivindicações de determinadas minorias para que sua especificidade e sua identidade sejam reconhecidas no espaço político.

Os teóricos do multiculturalismo também acreditam que a imagem colabora no processo de reconhecimento, já que a produção de identidades é sempre dada com relação a uma alteridade com a qual se estabelece a relação de convivência. Portanto, se analisarmos

¹ Mestrando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, bolsista CAPES e apoiado pelo Fundo Mackenzie de Pesquisa – MACKPESQUISA.

essas idéias a partir do cotidiano escolar, perceberemos que as imagens utilizadas pelos professores mostram como se dá o reconhecimento do outro, já que os indivíduos e os diversos grupos dão sentido ao mundo por meio de representações que constroem sobre a realidade. Pesavento (2005) afirma que o termo “representações” é um conceito-chave na recuperação das dimensões da cultura realizadas nos anos 80 pelos historiadores, por que ela é uma construção mental da realidade feita por meio de idéias, imagens e práticas dotadas de significados que os homens elaboram para si. Sendo “incorporada pelos historiadores a partir das formulações de Marcel Mauss e Émile Durkheim, no início do século XX” (2005, p.24).

As representações são também portadoras do simbólico, dizem mais do aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, muitas vezes dispensando reflexão, tal o caso do estereótipo. E trazem consigo o *imaginário*, que por ser histórico, mostra como cada época constrói representações que dão sentido ao real:

Entende-se por imaginário um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.

A idéia do imaginário como sistema remete à compreensão de que ele constitui um conjunto dotado de relativa coerência e articulação. A referência de que se trata de um sistema de representações coletivas tanto dá idéia de que se trata da construção de um mundo paralelo de sinais que se constrói sobre a realidade, como aposta para o fato de que essa construção é social e histórica (PESAVENTO, 2005, p.43).

A imagem colabora no processo de reconhecimento, já que a produção de identidades é sempre dada com relação a uma alteridade com a qual se estabelece a relação. Os outros, que marcam a diferença, são múltiplos, tais como os recortes de pertencimento identitário podem ser também variados e se superpor em uma mesma pessoa. “As diferenças são forjadas na percepção de quem vê e enuncia o outro, descrito e avaliado pelo discurso, figurado e representado por imagens” (PESAVENTO, 2005, p.60).

O uso de imagens como experiência da diferença ou da semelhança são enriquecedoras, porém, pode se tornar uma experiência desestruturadora quando um indivíduo sente sua auto-imagem repassada pelo outro, através de imagens, atitudes e palavras que o desvalorizam e o discriminam. Araújo (2004) aponta para a necessidade de um olhar crítico e contextualizador do professor na abordagem das imagens selecionadas, já que a depreciação sistemática afeta a auto-estima de um indivíduo, podendo ser instalada e interiorizada pela sua identidade.

Ao observarmos os livros didáticos adotados pelas escolas ou as ilustrações utilizadas pela mídia nos temas africanos ou afro-brasileiros, notamos que esses meios

utilizam as mesmas fontes iconográficas. Ou seja, as imagens se repetem cotidianamente e, trazem consigo, os diversos discursos que durante toda a história do Brasil fizeram parte da abordagem do negro e de sua identidade.

Para Priore/Venâncio (2004) a África Atlântica a exemplo do que Said (1977) disse a respeito do Oriente é uma “invenção européia”. Para os autores, a Europa elaborou no decorrer da história visões distorcidas sobre o continente africano e conseqüentemente, dos negros trazidos pelo tráfico negreiro para a América. “A cor negra, associada à escuridão e ao mal, remetia, no inconsciente europeu, ao inferno e às criaturas das sombras” (Priore/Venâncio, 2004, p. 56). Para os europeus a África era habitada por monstros, seres estranhos, flora e fauna exóticas envolta de lendas fabulosas, e de clima ameaçador.

As imagens contadas pelos viajantes europeus do período, e retratadas em relatos de viagens, gravuras, mapas e ilustrações mostram alegorias e montagens de elementos da realidade e da fantasia. Na obra *O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*, de Luiz Felipe de Alencastro (2000) há diversas ilustrações do século XVI e XVII que comprovam essa tese. Tal como a obra “*América*” do pintor holandês Jan van Kessel, que faz parte de uma série sobre os quatro continentes. Nela dezesseis quadros menores, que retratam a flora e a fauna de diversas regiões segundo as notícias difundidas nos Países Baixos, emolduram a cena central intitulada “Paraíba do Brasil” que mostra um negro de cocar acompanhado da mulher índia e dos filhos miscigenados.

Os artistas oriundos dos Países Baixos tiveram influência decisiva na representação dos negros trazidos para a América. Na primeira metade do século XVII o Brasil foi invadido e ocupado pelos holandeses, e é desse período as primeiras imagens de negros africanos e seus descendentes em terras brasileiras. Protegidos por Maurício de Nassau e pela *Companhia das Índias Ocidentais*, agência responsável pela administração das colônias da Holanda no Atlântico, artistas e estudiosos participaram do projeto de reunir o máximo de conhecimentos sobre o lugar, retratando artisticamente a natureza original e exuberante da nova terra. Entre os artistas estavam o retratista *Albert Eckhout* e o pintor *Franz Post*, autor de *Ilê de Itaparica*, de 1637, que segundo Moura (2000) é considerada a primeira obra sobre a presença africana no Brasil.

Esses artistas foram os autores das imagens do período da extração da cana de açúcar no Nordeste e registraram principalmente os tipos étnicos, os costumes e a paisagem local. Em muitas das obras há detalhes excessivos, deslocamentos e arranjos alegóricos, tal como ocorreu nas imagens produzidas sobre a África. Apenas dezoito dos mais de 100 quadros catalogados de Post foram pintados *in loco*, a partir da observação direta da paisagem

brasileira, o restante são paisagens recriadas na Holanda a partir do que ele observou no Brasil.

Na obra de Eckhout, a presença negra é bem maior que na de Post, porém, mesmo registrando a diversidade étnica africana, é possível perceber que os sujeitos retratados possuem características físicas muito parecidas e sofrem a influência dos diversos relatos anteriores de viajantes europeus, que tomavam a Europa branca como paradigma para a leitura da cultura do novo mundo.

O exotismo e a exuberância dos costumes acompanham a imagem do negro brasileiro desde os seus primórdios. Imagem construída pelo olhar europeu, que analisa, compara e ratifica a superioridade da sua identidade. Aos negros só cabia o papel de retratados, o que só mudaria no início do Barroco Brasileiro no séc. XVIII. Já que os pintores de origem negra ativos no Brasil nos tempos coloniais eram numerosos e consolidaram o que de melhor se produziu na arte brasileira do período: *Antônio Francisco Lisboa*, o Aleijadinho, em Minas Gerais; *Mestre Valentim* no Rio de Janeiro e *Jesuíno do Monte Carmelo* em São Paulo.

Mas foi a partir da chegada da *Missão Artística Francesa* em 1816, que o negro ganha destaque como personagem artístico. Disposto a declarar o Brasil um reino digno de um rei europeu e dar um verniz de civilização ao país, D. João VI traz um grupo de pintores, escultores, gravadores e arquitetos franceses para darem uma nova “cara” ao país e criarem a *Academia Imperial de Belas Artes*. É desse período a produção iconográfica do francês *Jean-Baptiste Debret* e do alemão Johann Moritz Rugendas, porém, esse não fez parte da Missão Artística Francesa.

Debret e *Rugendas* registraram muitas cenas do tráfico negreiro, da relação entre senhores e escravos, porém, na primeira Constituição brasileira, de 1824, a única a vigorar durante todo o período monárquico, não há uma única citação da palavra escravo. As pessoas reduzidas ao cativeiro não pertenciam à massa de cidadãos, portanto, não gozavam de direitos sociais e políticos e não tinham espaço na vida pública.

Num país construído sobre os ombros de trabalhadores escravos, a presença deles no texto constitucional ficava subentendida no artigo que firmava o compromisso do Estado imperial em reconhecer e defender as formas de propriedade privada existentes na sociedade. Desse modo, os escravos tornavam-se apenas mais um tipo de propriedade. Podiam ser comprados e vendidos, alugados, hipotecados, leiloados, herdados. Nos inventários dos proprietários falecidos, os escravos eram classificados como “bens semoventes”, ao lado de vacas, porcos e outros animais, em contraste com bens imóveis, como casas, fazendas (CHALHOUB, 2006, p.39)

Se a constituição não mencionava a população negra, muitos intelectuais não fizeram o mesmo, e, durante todo o século XIX vemos diversas publicações discutirem a presença dos africanos e seus descendentes na recém criada sociedade brasileira. Para Rodrigues (2006) , *Memória e considerações sobre a população do Brasil*, escrito em 1867 pelo juiz de direito de Nazaré, na Bahia, Henrique Jorge Rebelo, reflete alguns temas que preocupavam intelectuais nos primeiros anos do Império, tais como: o aumento da população negra e o destino deles no Brasil. O juiz baiano foi o mais extremado dentre os autores que fizeram propostas sobre a criação do povo brasileiro, algo que até meados do século XIX as elites políticas julgavam não existir.

A constituição da idéia de raça no século XIX, baseada na suposta existência de uma diversidade biológica inscrita no corpo, estruturou uma acentuada diferença entre brancos e negros. O termo é originado da palavra “ratio” do latim, usado para designar categoria, espécie, descendência, porém, não possuía o status científico que adquiriu depois. Foi a Biologia, nascida no séc. XIX, a fornecedora da epistemologia capaz de explicar a diversidade humana:

Se o preconceito contra o outro é tão velho quanto a própria humanidade, a novidade foi o estabelecimento de uma inferioridade intrínseca, que impediria a possibilidade da conversão, assimilação ou aprendizado. Foi apenas no século XIX, sob a égide da ciência, que noção de raça recebeu o reforço de critérios morfológicos como a cor da pele, o formato do crânio ou o tipo de nariz. Convém lembrar que a ciência crescia em autoridade na mesma medida em que a religião declinava, e foi sob os auspícios desse novo critério da verdade que se chegou a afirmar a desigualdade natural das raças (SCHNEIDER, 2006, p.78)

Schwarcz (2005) afirma que o termo *raça* foi introduzido na literatura mais especializada por Georges Cuvier, que inaugurou a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos. Porém, foi o inglês *Francis Galton* (1822-1911), que a partir de 1865, desenvolveu a noção de *eugenia*, procedimento científico destinado a aperfeiçoar artificialmente a qualidade genética de uma população, influenciando o pensamento racista no Brasil. A ascensão do racismo científico logo se faria sentir no país, através do americano *Louis Agassiz* e do francês *Arthur Gobineau*, que escreveram livros sobre o Brasil. Ambos registraram os problemas de uma sociedade cheia de negros e de mestiços, que para eles era ainda pior devido a miscigenação que enfraquecia e criava uma nova categoria racial.

A valorização da contribuição da cultura negra no Brasil foi sendo institucionalizada lentamente, principalmente nas manifestações culturais como as festas do

interior e o carnaval. Ferreira (2004), lembra que foi a valorização da cultura negra que varreu a Europa nas primeiras décadas do século XX uma das responsáveis pela mudança do olhar em relação ao negro. O sucesso que faziam em Paris a bailarina Josephine Baker e os músicos de jazz, e a utilização da temática africana nas pinturas de Picasso e Leger, são exemplos desse processo.

O reflexo desse interesse pela cultura dos povos africanos e seus descendentes iria se expressar em terras brasileiras através de textos teóricos “modernistas” – como os publicados na revista Estética, por exemplo -, através da utilização da temática negra nas artes – como o quadro A negra, pintado por Tarsila do Amaral, em 1923, ou painel Samba e Carnaval que Di Cavalcanti pintaria, em 1929, para o Teatro João Caetano – ou na literatura, com o livro Essa negra Fulô, de Jorge de Lima. A relação entre a “negrofilia” à francesa e a intelectualidade brasileira tem um bom exemplo em Oswald de Andrade que, em uma conferência em Paris, em 1923, chegou a afirmar estar sentindo, naquela cidade, a “presença sugestiva do tambor negro e do canto do índio” (Ferreira, 2004, p. 256/257).

Porém, somente em 1933 com a publicação de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, o eixo da discussão é deslocado ao passar do conceito de “raça” ao conceito de cultura, permitindo um maior distanciamento entre o biológico e o cultural:

A grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina e de outros causava danos irreparáveis ao Brasil, era vista por ele como uma vantagem imensa. Em outras palavras, ao transformar a mestiçagem num valor positivo e não negativo sob o aspecto de degenerescência, o autor permitiu completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia (MUNANGA, 2004, p. 88).

A partir dos anos cinquenta com a *Escola Paulista de Sociologia*, muitos autores destacaram críticas ao trabalho de Freyre, tais como: a falta de rigorosidade científica, pois não sendo um pensador sistemático Freyre não se incomodava com precisões, não se detendo a explicitar os conceitos ou noções com que trabalhava; a idéia de uma pretensa harmonia social, por eliminar as contradições do processo histórico brasileiro e criado o mito de um Brasil exemplarmente miscigenado e socialmente democrático.

No exaustivo trabalho de Pallares-Burke (2005) sobre a formação intelectual e as influências da cultura vitoriana nas idéias de Freyre, a autora levanta outras críticas, como o desaparecimento dos conflitos internos de Gilberto Freyre em sua obra, já que durante as sucessivas publicações de seus textos ele foi tirando trechos e citações que pudessem comprometer-lo, principalmente as que demonstravam condescendência aos conceitos

defendidos por *Benedict Davenport*, *Madison Grant*, *Lothrop Stoddard*, teóricos que conferiram respeitabilidade científica a preconceitos raciais e que batalharam para tornar o modelo de eugenia norte-americano o parâmetro de um movimento mundial.

Pallares-Burke conclui que o caminho trilhado por Freyre para a aceitação das idéias de *Franz Boas*, que iam contra o ambiente racista e eugênico do período por levar em conta os efeitos culturais e ambientais sobre os traços raciais, foi bastante conturbado e sinuoso, já que a crença na inferioridade dos africanos e mestiços foi o maior obstáculo para se chegar à *Casa Grande & Senzala*. E demonstra também que há uma negligência da importância do antropólogo brasileiro *Roquette-Pinto* nas idéias defendidas posteriormente por Gilberto Freyre, pois enquanto esse ainda estava envolvido nas idéias eugenistas durante sua estadia no exterior, no Brasil Roquette-Pinto já publicava artigos nos jornais que afirmavam que a eugenia estava longe de ser uma ciência madura, questionando noções difundidas como comprovadas pela ciência. Para ele, os negros e mulatos em vez de ser exemplos de “inferioridade” racial, eram, na verdade, testemunhas de condições sociais sofríveis a exigirem melhoria, opinião que era contrária ao antropólogo Oliveira Lima, que em conferência nos E.U.A sobre conflitos raciais disse que não havia questão racial no Brasil.

O otimismo que caracterizava a análise culturalista de Gilberto Freyre foi questionado, como já dissemos, a partir do final da década de 50 e encontrou teóricos que se debruçaram sobre a questão racial no Brasil. Os trabalhos sociológicos de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso entre outros, mostraram que a escravidão brasileira, como qualquer outro sistema hierárquico, continha violência e opressão. O negro passa a ser analisado enquanto minoria que enfrenta obstáculos para se integrar a sociedade. Sendo que muitas das dificuldades tenham sido reflexos da forma de exploração e colonização do Brasil, pois deixou a população negra e pobre longe do acesso aos bens culturais e políticos.

Diversos movimentos sociais em defesa da questão étnica, surgidos a partir dos anos sessenta, como já dito no início do texto, tinham em comum a idéia de que para os negros se libertarem das imagens racistas e preconceituosas seria necessário eles se apoderarem da fabricação delas. Na sociedade contemporânea esse debate torna-se atual, já que vivemos num período histórico onde os diversos recursos tecnológicos e de comunicação nos tiram o direito a privacidade e a propriedade da nossa imagem. A realidade e a imaginação se confundem? Como identificar nas novas imagens que são fabricadas a todo momento, o que é real? O que não é fabricado? Said disse “Aplicar o que se aprende em

um livro à realidade literalmente é arriscar-se à loucura e a ruína “(1990, p102), será que podemos fazer a mesma relação sobre a utilização das imagens? E será que os professores atentam-se aos discursos que permeiam as representações do negro presentes na escola ?

A partir desse texto podemos concluir que as imagens não são neutras, porque trazem consigo o selo expressivo de quem as produziu. E o mesmo podemos dizer em relação aos professores, já que a intencionalidade é a condição necessária para a ação, e compreender esse elemento dinâmico e motor é fundamental para qualquer educador, especialmente em um contexto de valores imprecisos e de rotinas estabelecidas diante de desafios importantes que exigem respostas comprometidas com a formação do aluno como bem de suma importância.

Referências bibliográficas :

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Paulo Roberto Monteiro. **Charles Taylor: para uma ética do reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Identidades contemporâneas: criação, educação e política. Porto Alegre: Zouk, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Exclusão e Cidadania*. In : **Temas Brasileiros. Revista História Viva**, n. 3, 2006.

FERREIRA, Felipe. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 50ª edição. São Paulo: Global Editora, 2005

Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro: 2000.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A Travessia da Calunga Grande: Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais: Uma introdução à História da África Atlântida**. São Paulo: Editora Campus, 2004.

ROFRIGUES, Jaime. *Visões distorcidas do medo*. In : **Temas Brasileiros. Revista História Viva**, n. 3, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHNEIDER, Alberto. *Mistificações da Ciência*. In : **Temas Brasileiros. Revista História Viva**, n. 3, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.